



Os trabalhos reunidos neste livro foram elaborados por mestres e doutores formados pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA. Desde 2003, com a criação do curso de doutorado, o PPGD/UFPA passou a concentrar suas atividades na área de direitos humanos, com o objetivo de desenvolver pesquisas que contribuam para efetivá-los, especialmente na Amazônia. Para realizar esse objetivo, o PPGD/UFPA parte de uma compreensão ampla dos direitos humanos, que reconhece sua indivisibilidade e interdependência, analisa seus impactos em diferentes áreas do direito e examina sua proteção tanto na ordem interna quanto na ordem internacional. Tal compreensão mostra-se necessária para conhecer em profundidade as constantes violações de direitos humanos em nosso país e buscar respostas adequadas a esses problemas.

**Antonio Moreira Maués**  
Professor Titular da UFPA

DAFNE FERNANDEZ DE BASTOS  
JOSÉ EDVALDO PEREIRA SALES

*Coordenadores*

*Prefácio*

Antônio Moreira Maués

## **DIREITOS HUMANOS**

### **ABORDAGENS TRANSVERSAIS**

#### **Área específica da obra**

Direitos Humanos

#### **Áreas afins do livro**

Direito constitucional, direito ambiental, direito processual civil, direito penal, filosofia do direito.

#### **Público-alvo/consumidores da obra**

Professores de direito, membros do Poder Judiciário, membros do Ministério Público, defensores públicos, advogados e estudantes de direito.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm

**CÓDIGO:** 10001682

D598	Direitos humanos: abordagens transversais / Dafne Fernandez de Bastos; José Edvaldo Pereira Sales (Coord.)– Belo Horizonte : Fórum, 2020.  321p.; 14,5cm x 21,5cm ISBN: 978-85-450-0732-6  1. Direitos Humanos. 2. Direito Constitucional. 3. Direito Processual Civil. I. Bastos, Dafne Fernandez de. II. Sales, José Edvaldo Pereira. III. Título.  CDD 341.272 CDU 342.7
------	---

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BASTOS, Dafne Fernandez de; SALES, José Edvaldo Pereira (Coord.). *Direitos humanos: abordagens transversais*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 321p. ISBN 978-85-450-0732-6.

### **Dafne Fernandez de Bastos**

Mestre em Direitos Humanos pela UFPA, com foco em Constitucionalismo, Democracia e Direitos Humanos (2013). Pós-Graduada em Direito Público pela Rede de Ensino Anhanguera – Uniderp (2012). Concursada para o Cargo de Analista Jurídico do Ministério Público do Estado do Pará desde 2013, atualmente cedida para o Ministério Público de Contas do Estado do Pará, exercendo o cargo de assessora de procuradoria (desde maio de 2016).

### **José Edvaldo Pereira Sales**

Doutorando e Mestre em Direito pela UFPA. Promotor de Justiça (Estado do Pará).

## SUMÁRIO

### PREFÁCIO

<b>ANTONIO MOREIRA MAUÉS</b> .....	11
------------------------------------	----

### APRESENTAÇÃO

<b>DAFNE FERNANDEZ DE BASTOS, JOSÉ EDVALDO PEREIRA SALES</b> .....	15
--	----

### MULTICULTURALISMO, POVOS INDÍGENAS E DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO

<b>ADALBERTO FERNANDES SÁ JUNIOR, CELSO ANTÔNIO COELHO VAZ</b> .....	17
1 Introdução .....	17
2 Igualdade e diferença: o liberalismo substantivo de Charles Taylor.....	22
3 Liberdade e cultura: a teoria liberal dos direitos das minorias, de Will Kymlicka .....	27
4 Igualdade pelo diálogo: o constitucionalismo pós-colonial, de James Tully.....	32
5 Igualdade entre liberdade e cultura .....	35
6 Considerações finais .....	41
Referências.....	43

### O *DISTINGUISHING* REALIZADO PELO STF NO JULGAMENTO DA ADIN Nº 3.421-PR: COMPATIBILIDADE COM O SISTEMA DE PRECEDENTES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

<b>ANDRÉ LUIS BITAR DE LIMA GARCIA, JOSÉ ANIJAR FRAGOSO REI</b> .....	49
1 Introdução .....	49
2 As transformações ocorridas no pensamento jurídico contemporâneo. A aproximação das tradições de <i>civil law</i> e <i>common law</i> . O papel do STF no atual contexto de jurisdição constitucional. A necessidade de respeito aos precedentes.....	50
3 A concepção de precedente como regra de Frederick Schauer .....	53
4 A concepção de precedente como princípio de Ronald Dworkin: compatibilidade com o sistema de precedentes do Novo Código de Processo Civil .....	56
5 Breves considerações acerca das limitações às concessões unilaterais de incentivos fiscais de ICMS pelos estados e os precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto.....	59
6 Caso paradigma: o julgamento da ADIN nº 3.421-PR .....	63
7 Conclusão .....	71
Referências.....	72

### O IMPACTO DA PROVA NO CONVENCIMENTO JUDICIAL

<b>CLÍVIA RENATA LOUREIRO CROELHAS</b> .....	77
1 Introdução .....	77
2 Neoprocessualismo: o neoconstitucionalismo e a mudança do paradigma processual em virtude da necessidade de preservação dos direitos fundamentais .....	78
3 Dever de motivação da decisão judicial.....	81
4 Argumentação e convencimento judicial perante o avanço no estudo da prova .....	89
5 Conclusões.....	94
Referências.....	95

### CASTANHAL UBÁ: O TRATAMENTO DA VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NA AMAZÔNIA PARAENSE NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

<b>DAFNE FERNANDEZ DE BASTOS</b> .....	99
1 Introdução .....	99
2 Caso Castanhal Ubá .....	100
3 O Caso Ubá no Sistema Interamericano .....	102
4 Análise das medidas perante o SIDH no Caso 12.277 e suas implicações.....	103
5 Conclusões.....	110
Referências.....	116

LEI E LIBERDADE NA ADPF Nº 130: UMA LEITURA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO A PARTIR DE HANNAH ARENDT

<b>DIEGO FONSECA MASCARENHAS</b> .....	121
1 Introdução .....	121
2 Análise dos fundamentos da liberdade de expressão na ADPF nº 130 .....	123
3 O conflito entre liberdade dos antigos e liberdade dos modernos: liberalismo político .....	126
4 A relação do poder constituído e o poder constituinte nos pensamentos de Castoriadis e Arendt .....	133
5 O risco da (des)formação da opinião pública e a ascensão do social .....	136
6 Conclusão .....	140
Referências.....	141

DIREITO À CIDADE, ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

<b>DOMINGOS DO NASCIMENTO NONATO, RAIMUNDO WILSON GAMA RAIOL</b> .....	143
1 Considerações iniciais.....	143
2 Quantas e quem são as pessoas com deficiência no Brasil.....	146
3 Direito à cidade.....	150
4 Acessibilidade arquitetônica como direito fundamental .....	154
5 Considerações finais .....	164
Referências.....	166

BENS JURÍDICOS E INTERVENÇÃO MÍNIMA EM MATÉRIA ELEITORAL: PROTEÇÃO VS. (DES) CRIMINALIZAÇÃO

<b>JOSÉ EDVALDO PEREIRA SALES</b> .....	169
1 Introdução .....	169
2 Tutela penal de bens jurídicos no direito eleitoral brasileiro: o rol criminalizante (simbólico).....	171
3 Tutela não penal de bens jurídicos no direito eleitoral brasileiro: proteção (s)e(m) criminalização.....	177
4 Intervenção mínima (ou a expulsão) da tutela penal no âmbito eleitoral e suas razões .....	183
5 Conclusão .....	190
Referências.....	192

DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE DA AMAZÔNIA: PASSIVOS AMBIENTAIS EM IMÓVEIS RURAIS

<b>JOÃO DANIEL MACEDO SÁ</b> .....	195
1 Introdução .....	195
2 Marco teórico do debate ambiental .....	196
2.1 Critérios de sustentabilidade: o que deixaremos para as gerações futuras? .....	199
3 Passivos ambientais em imóveis rurais .....	201
3.1 Composição da reserva legal .....	204
3.1.1 Instrumentos de compensação ambiental .....	205
4 Considerações finais .....	207
Referências.....	208

O ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DAS CORTES BRASILEIRAS SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA DIGNA

<b>JONISMAR ALVES BARBOSA</b> .....	209
1 Introdução .....	209
2 Direito à moradia e sua condição de direito fundamental no ordenamento brasileiro.....	210
3 O posicionamento do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal sobre o direito à moradia digna .....	215
4 Conclusão .....	224
Referências.....	225

APLICAÇÃO DA BOA-FÉ OBJETIVA NO ÂMBITO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

<b>KARINE DE AQUINO CÂMARA</b> .....	227
1 Introdução .....	227
2 Conceito de boa-fé.....	229
2.1 Feição subjetiva.....	230
2.2 Feição objetiva.....	231
3 Reflexos da boa-fé objetiva no novo Código de Processo Civil brasileiro (NCPC).....	232
4 Abuso de direito .....	236
4.1 Abuso do processo .....	238
4.2 Meios processuais de proteção da boa-fé objetiva.....	241
5 Conclusão .....	243
Referências.....	245

## A RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA COMO SOLIDARIEDADE NO VIÉS DA TUTELA DA PESSOA HUMANA

<b>MOISÉS DE OLIVEIRA WANGHON</b> .....	249
1 Introdução .....	249
2 Responsabilidade como solidariedade: a compreensão da responsabilidade na sociedade de risco.....	250
3 A liberdade e a igualdade substanciais como princípios instauradores da responsabilidade objetiva .....	258
4 Cláusula geral de responsabilidade e a teoria do risco .....	261
5 Considerações finais .....	267
Referências.....	268

## OS DIREITOS INDÍGENAS NO BRASIL E O PLURICULTURALISMO: O CASO CONCRETO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO ESTADO DO PARÁ

<b>SANDOVAL ALVES DA SILVA</b> .....	271
1 Introdução .....	271
2 Breve contexto histórico do colonialismo na América Latina e a tentativa de domesticação indígena .....	275
3 Posição dos países da América Latina no que se refere ao multiculturalismo, pluriculturalismo e plurinacionalismo ....	276
4 Posição do Brasil no que se refere ao multiculturalismo e ao pluriculturalismo .....	279
5 O caso concreto da educação indígena paraense e sua análise crítica.....	285
6 Conclusão .....	292
Referências.....	295

## RONALD DWORKIN, O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O ABORTO

<b>THAIANA BITTI DE OLIVEIRA ALMEIDA</b> .....	297
1 Introdução .....	297
2 O aborto em Ronald Dworkin .....	297
3 Aborto e o Supremo Tribunal Federal .....	309
3.1 Quanto à violação dos direitos fundamentais das mulheres.....	312
3.2 Quanto à violação da proporcionalidade .....	314
4 Conclusão .....	316
Referências.....	317

<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	319
-------------------------------	-----